

Vereador capitão Gaspar José Soares

Contribuições metodológicas para análises de trajetórias negras no pós-abolição

Councilman captain Gaspar José Soares: methodological contributions to the analysis of black trajectories in the post-abolition / Capitán Concejal Gaspar José Soares: contribuciones metodológicas al análisis de las trayectorias negras en la post-abolición

Carlos Eduardo Coutinho da Costa

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor adjunto na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Brasil.
carlos.hist@gmail.com

Valdirene Pessoa

Mestra em História pela UFRRJ, Brasil.
valdirene-pessoa@hotmail.com

RESUMO

Neste artigo, a partir da trajetória de Gaspar José Soares, pretendemos apontar diversos caminhos metodológicos possíveis para análise de trajetórias negras no pós-abolição. Utilizando a microanálise como esteio e evitando histórias de vida em um sentido linear, será fundamental a observação nas fontes das seguintes categorias: ação, projeto, campo de possibilidades, estratégias, racionalidade limitada, redes de sociabilidade e os sistemas normativos incoerentes. Para tal finalidade, utilizaremos como fio condutor parte da vida do vereador negro Gaspar José Soares, no município de Nova Iguaçu, entre os anos de 1889 e 1930.

Palavras-chave: metodologia; trajetórias; pós-abolição; Gaspar José Soares.

ABSTRACT

In this article we intend to point out several possible methodological ways of analyzing Black trajectories in post-abolition. Avoiding life histories in a linear sense, it will be fundamental to observe in the sources the following categories: action, project, field of possibilities, strategies, limited rationality, networks of sociability and incoherent normative systems. In order to achieve this purpose, we will use as a guideline the life of the Black Councilman Gaspar José Soares, in the municipality of Nova Iguaçu between the years of 1889 and 1930.

Keywords: methodology; trajectories; post-abolition; Gaspar José Soares.

RESUMEN

En este artículo pretendemos apuntar diversos caminos metodológicos posibles de análisis de trayectorias negras en la post-abolición. Evitando las historias de vida en un sentido lineal, será fundamental la observación en las fuentes de las siguientes categorías: acción, proyecto, campo de posibilidades, estrategias, racionalidad limitada, redes de sociabilidad y los sistemas normativos incoherentes. Para alcanzar tal fin, utilizaremos como hilo conductor parte de la vida del Concejal Negro Gaspar José Soares, en el municipio de Nova Iguaçu, entre los años 1889 a 1930.

Palabras clave: metodología; trayectorias; post-abolición; Gaspar José Soares.

Gaspar José Soares nasceu no dia 17 de junho de 1864, filho legítimo¹ de José Maria Mendes Soares e Maria José da Conceição, e foi batizado sete meses depois, em 18 de janeiro de 1865.² Seus pais casaram-se no dia 9 de maio de 1863³ na Paróquia da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga. O pai era natural de Portugal; e a mãe, do antigo município de Iguassú. Nascido no século XIX, não passou pelo cativoiro. Ao longo do século XX, exerceu diversos cargos públicos e despontou economicamente no setor privado, cujos ganhos, somados a heranças, permitiram-no acumular bens materiais. Além disso, foi vereador por cinco mandatos consecutivos até a extinção das câmaras municipais pelo governo Vargas. Em virtude da escassez de fontes e longe da pretensão de abranger todos os aspectos da vida do vereador capitão Gaspar José Soares, neste artigo, optamos por realizar uma discussão teórico-metodológica que pudesse permitir não a construção de uma biografia apenas, mas sim a de trajetórias de vidas negras no Brasil.⁴

Em primeiro lugar, torna-se necessário demonstrar a nossa primeira escolha: reduzir a escala de observação. Utilizamos aqui metodologias empregadas tanto por Fredrik Barth quanto pela chamada micro-história italiana.⁵ Acreditamos que ambos contribuem em diversos aspectos para análises de trajetórias, e principalmente a de negras, através de conceitos importantes, tais como: ação, projeto, campo de possibilidades, estratégias, racionalidade limitada, redes de sociabilidade e os sistemas normativos incoerentes. Nesse sentido, à guisa de introdução, vale destacar que Gaspar nasceu no antigo município de Iguassú, região metropolitana do Rio de Janeiro, que abarcava diversos municípios atualmente emancipados, tais como: Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Japeri e Queimados. Assim, ao estabelecer esse limite, buscamos observar a teia de relações tecidas por ele, explorar novos contornos e aspectos que uma abordagem generalizante não privilegiaria (Levi, 1992, p. 136).

Num esforço para evitar o problema dos homônimos, visualizamos a necessidade de sobreposição de documentos e cruzamento das fontes. Um método eficiente para se agrupar o maior número de informações sobre o pesquisado é fazer uso do nome como fio condutor, afinal, “as linhas que convergem para

1 Segundo Costa (2020, p. 60), com “o decreto n. 9.886, de 7 de março de 1888, seriam declarados legítimos os filhos que fossem reconhecidos por casamento legítimo e reconhecido pela comunidade, como afirma o artigo n. 59”.

2 Family Search, Livro: 6 – 18 de janeiro de 1865.

3 Family Search, Livro: 29 – Assento: 960.

4 Para uma boa discussão sobre a problemática das biografias, ver: Oliveira (2017).

5 Ver, entre outros: Levi (1992), Barth (1981), Barth (2000), Grendi (2009), Ginzburg (1987) e Revel (1998).

o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (Ginzburg, 1989, p. 175). Nosso ponto de partida foi o sítio eletrônico do Family Search.⁶ Nele, conseguimos fazer um levantamento de sua genealogia por meio de fontes paroquiais e cartoriais. Pudemos também identificá-lo em jornais, processos, inventários, atas de reuniões e registros civis, acompanhando-o principalmente através de sua assinatura, encontrada amiúde em certidões de óbito, assentos de casamento, batismo, assinando a rogo dos nubentes em diferentes períodos ao longo de sua vida e sempre identificando sua ocupação. A sua constante assinatura e sua diversidade de ofícios foram de relevante contribuição, e, acrescidas de outras fontes, serviram-nos de base para mapear suas ações.

Pouco conseguimos averiguar da vida de seus pais, sendo a única aparição de seu progenitor, em jornais da época, um convite para sua missa de sétimo dia.⁷ Em nenhuma fonte encontramos relacionados os nomes dos avós de Gaspar José Soares, mesmo em documentos ligados diretamente a seus pais, como o registro de casamento. Na partilha dos bens de seu pai José Maria Mendes Soares,⁸ ficamos sabendo que ele era lavrador e de filiação desconhecida. No registro de óbito de Maria José da Conceição também não é mencionado o nome de seus pais, dados imprescindíveis para darmos continuidade à sua genealogia e, com mais clareza, estudar as origens de Gaspar José Soares.

A mesma dificuldade foi encontrada ao pesquisar mulheres ligadas diretamente a ele. Foram poucas as fontes que remetiam à sua única irmã, Anna Isabel Soares Valadares, e às suas duas esposas, Rita de Freitas Soares e Maria de Sá Bittencourt Soares. Sua única filha só aparece uma vez em nota de jornal por conta da comemoração de seu aniversário: “gentil senhorita Elvira Soares, dileta filha de nosso amigo senhor capitão Gaspar José Soares”.⁹ Ao longo de nossas pesquisas, as fontes relacionadas às mulheres que faziam parte da rede familiar ou das relações dele sempre se mostraram mais difíceis de serem localizadas.

6 Family Search é um sítio eletrônico da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias criado objetivando pesquisas genealógicas para a elaboração da história familiar e genealogia de membros a ela associados. Disponível em: <https://familysearch.org/>.

7 *Jornal do Brasil* (RJ), 15 de junho de 1902, p. 10. Todos os periódicos jornalísticos citados no artigo foram pesquisados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: memoria.bn.br.

8 Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes (DGC/COM/Segap): Processo – petição e relação de bens de José Maria Mendes Soares. 3 de junho de 1902.

9 *Correio da Lavoura* (RJ), 7 de junho de 1917, p. 2.

Casou-se novamente, em 29 de julho de 1899, com dona Maria de Sá Bittencourt, pelo regimento comum e costumes do Estado, ele então viúvo com 34 anos e ela solteira com 15 anos de idade. Sua profissão registrada no assento de casamento é a de proprietário, sendo natural e residente daquele distrito de Iguassú.¹⁰ Frutos de seu segundo casamento com Maria de Sá Bittencourt Soares, localizamos seus filhos Aristides,¹¹ Arthur Soares¹² e Octávio Soares.¹³ Seus netos são Amadeu e Ondina.¹⁴ Localizamos, ainda, o filho de Octávio, Fernando Luiz Cruz Soares, nascido em 1939. Após a citação de todas essas fontes sobre a genealogia familiar de Gaspar José Soares, encontramos um grande problema em qualificar essa experiência, principalmente no que diz respeito aos períodos de infância e de juventude. Nesse sentido, traçar uma história linear de sua vida mostrou-se impossível.

No registro de batismo¹⁵ de Gaspar José Soares não constava o item “cor”, diferentemente de seu atestado de óbito,¹⁶ no qual foi classificado como *branco*. Isso não nos causa estranheza, uma vez que durante toda sua trajetória – salvo raras exceções, como a fotografia de sua posse como vereador – silenciou conjunturas que aludissem à sua origem étnica. Nesse período, a designação de cor estava relacionada ao cativo, sendo uma condição imposta aos descendentes. Dessa forma, “a noção de cor [...] não designava, preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais” (Mattos, 1995, p. 109) e a cor inexistente, antes de demonstrar apenas uma assimilação de um ideal de branqueamento, era também um signo de cidadania dentro daquela sociedade.

O enlace com mulheres brancas pode representar uma absorção das teorias raciais na vida particular desses homens negros. Em relação ao nosso pesquisado, acreditamos que não tenha sido diferente disso, mesmo que a cor delas não tenha sido identificada nas fontes (Woodard, 2014). Essa questão é bastante ambígua, já que tanto o silenciamento – proposital ou não – quanto a ausência da categoria cor “preta” em determinadas fontes, como o registro civil, também podem apontar um sinal de assimilação desse “branqueamento”, como podem ainda

10 Family Search, Livro: 1 – Assento: 299 – 21 de julho de 1899.

11 Family Search, Livro: 9 – Assento: 176 – 24 de julho de 1904.

12 Family Search, Livro: 49 – Assento: 6.154 – 28 de agosto de 1934.

13 Family Search, Livro: 60 – Assento: 14.888 – 16 de julho de 1939.

14 Family Search, Livro: 4 – Assento: 85 – 9 de agosto de 1894.

15 Family Search, Livro: 6 – 18 de janeiro de 1865.

16 Family Search, Livro: 45 – Termo 21.166 – 14 de maio de 1955.

representar uma determinada posição conquistada em seu meio social, conforme exposto por Hebe Mattos (1995). Em nossa pesquisa, acreditamos que ambas as situações permearam a complexidade das escolhas empreendidas pelo vereador.

Gaspar José Soares registrou todos os seus filhos como brancos. Não encontramos, em nenhum momento de sua trajetória, qualquer menção que o ligasse à militância negra nem qualquer ensejo pró ou contra as teorias raciais – mas elas estavam presentes nos jornais, em debates jurídicos e em diferentes setores da sociedade. Petrônio Domingues, ao analisar o branqueamento em seu aspecto ideológico e como estratégia, conjecturou a hipótese de que, pelo menos em São Paulo, “uma fração da população negra [...] aceitou conceber-se nos moldes impostos pela ideologia racial da elite branca, uma vez que avaliavam, em larga escala, o processo de branqueamento como fenômeno natural e inevitável” (Domingues, 2002, p. 573). O autor observou como parte da população negra de São Paulo assimilou e difundiu tais ideologias racistas ao invés de rechaçá-las (p. 574). É muito provável que Gaspar José tivesse fácil acesso a todo esse discurso, pois era uma figura que circulava em diferentes lugares do Rio de Janeiro, perpassou por distintas profissões e sabia manusear de forma estratégica as normas sociais – calar-se era uma delas, além de se fazer presente em diferentes momentos da vida política local. Marcar seu nome em uma rua do município foi seu legado.

Gaspar José Soares passou pelo período da escravidão, adentrou o pós-abolição e, apesar do inerente racismo da época, conseguiu acumular posses, obtendo proeminência política na região. Devido à incoerência dos sistemas normativos, com regras incertas e sem coesão, torna-se possível que os indivíduos ajam nessas incongruências (Rosenthal, 1998, p. 155). Quais foram as possibilidades de escolhas dele dentro desse sistema de normas tão imperante quanto o racismo? Qual a amplitude das suas decisões? Segundo Giovanni Levi, “essa liberdade não é absoluta: culturalmente e socialmente determinada, limitada, pacientemente conquistada, ela continua sendo, no entanto, uma liberdade consciente, que os interstícios inerentes aos sistemas gerais de normas deixam aos atores” (Levi, 1996, p. 179). Compreendemos, portanto, que os indivíduos não agem da mesma forma dentro desse sistema, não são socialmente homogêneos nem desprovidos de incertezas. Os sistemas são dissonantes e cheios de fissuras, e é dentro dessas brechas que Gaspar agiu, desfrutando de determinado espaço de autonomia e liberdade.

O sistema normativo em que ele estava inserido não era diferente. Ele não se encontrava totalmente fechado e solidamente estruturado a ponto de impedir que um negro no imediato pós-abolição disputasse espaços de poder naquela sociedade. Ele manuseou as regras e utilizou as brechas desse sistema a seu favor.

Logo, nenhum sistema normativo é suficientemente estruturado para eliminar qualquer possibilidade de escolha consciente, de manipulação ou de interpretação das regras, de negociação (Levi, 1996, p. 179-180). E serão dessas brechas que nosso pesquisado se valerá para construir estratégias e desenvolver projetos.

Por isso, apontamos que tais feitos nos evidenciam suas ações e deixam exposto o imponderável, as imprecisões de tais opções. É importante alertar sobre as incertezas e imprevisibilidades inerentes à própria sociedade, fazendo com que os indivíduos sejam conscientes de suas limitações ao fazer escolhas. Isto é, a sociedade na qual Gaspar José Soares está circunscrito “é composta por indivíduos conscientes da margem de imprevisibilidade que organiza cada comportamento” (Levi, 2000, p. 104). Logo, o que aqui queremos defender é que a incerteza da população deriva da quantidade de informações limitadas que todos possuem sobre a sociedade na qual devem agir. Resumindo, o que pretendemos demonstrar ao longo deste artigo é que Gaspar José Soares manejou as leis e o sistema a seu favor, em defesa de seus projetos, a partir de informações limitadas que possuía sobre a realidade, e dentro de seu campo de possibilidades, para se sobrepujar social, política e economicamente na região da Baixada Fluminense.

Analisando as tomadas de decisão de Gaspar José Soares, poderemos verificar as possibilidades colocadas dentro daquela sociedade, os limites de sua liberdade, de suas ações e de sua autonomia. De acordo com Levi, os indivíduos agem dentro de uma racionalidade em uma sociedade de regras ambíguas e fazem escolhas mediante as incertezas e com “quantidade limitada de informações que, todavia, não impede a ação”. O autor adverte que “uma racionalidade seletiva ou limitada explica os comportamentos individuais subjetivamente desejados e aqueles socialmente exigidos, entre liberdade e constrição” (Levi, 2000, p. 46). Observaremos, portanto, dentro do seu campo de possibilidades, que Gaspar José Soares escolheu suas ações de acordo com o conhecimento que lhe estava disponível, apropriando-se de informações limitadas com resultados incertos e interpretadas à sua maneira, para atingir uma finalidade: seus projetos de mobilidade.

Ao observarmos essa trajetória, buscamos verificar suas ações dentro do seu diversificado *campo de possibilidades* e, apesar de suas especificidades, compreendê-lo como fruto de seu tempo. Nesse sentido, desejamos mostrar que “cada desvio aparente em relação às normas ocorre em um contexto histórico que o justifica” (Levi, 1996, p. 176). Aqui se faz necessário entender em que contexto Gaspar José Soares desenvolveu-se, quais eram as possibilidades de mobilidade econômica e social, anteriormente apresentadas, na Baixada Fluminense no período do pós-abolição. Seria, portanto, importante analisar as brechas do sistema que utilizou para se sobressair naquela localidade. Se ele

galgou determinada proeminência social, econômica e política, podemos presupor que aquela sociedade não estava fechada. E se ele conquistou mobilidade, foi por encontrar brechas dentro desse próprio sistema.

“Entre as pessoas mais gradas do município”

Para além da relação familiar, devemos também nos atentar para as redes de relações mais complexas de sustentação material e/ou política. Nesse sentido, “devemos observar as formas de solidariedade e cooperação seletiva adotadas para organizar a sobrevivência e o enriquecimento, ou seja, as amplas fontes de favores, dados ou esperados, através dos quais passam informações e trocas, reciprocidades e proteções” (Levi, 2000, p. 98). Desse modo, as redes de relações fora do núcleo familiar se configurariam como fecundo terreno no qual se desdobraria um diversificado jogo de interesses, barganhas e assistência em prol da sobrevivência e do desenvolvimento econômico.

Em decorrência do inventário de seu pai, conseguimos dimensionar os bens que ele e sua então falecida esposa granjearam em vida. Sua mãe Maria José da Conceição Soares faleceu¹⁷ aos 55 anos, tísica mesentérica em 1894. Com a morte de seu pai em 16 de maio de 1902,¹⁸ Gaspar José Soares e sua irmã constituíram advogados para proceder ao inventário e, assim, à partilha dos bens de forma amigável, sendo ambos os únicos herdeiros. No documento constam os seguintes pecúlios amealhados durante a vida de seu pai José Maria Mendes Soares:¹⁹ uma casa na cidade de Maxambomba no valor de 4:000\$000, uma casa coberta de telhas bastante estragada de 1:000\$000, uma casa com fabrico para farinha no valor de 1:000\$000, uma pequena casa com fabrico de farinha e mandiocal de 100\$000, um poldro tordilho avaliado em 100\$000, um cavalo russo escuro e um castanho, ambos avaliados em 50\$000. Somados aos espólios de seu pai, sua primeira esposa também deixou proventos.²⁰ A obtenção desses bens é de grande valia para entendermos de quais maneiras ele os utilizou como estratégia para obter proeminência econômica, social e política na região.

A partir da conquista desses bens, por herança, são diversos os documentos nos quais Gaspar apareceu utilizando-os como mecanismo de acumulação material e de atividades empresariais. Para além de atuar como vendedor de terrenos

17 Family Search, Livro: 2 – Assento: 409 – 6 de setembro de 1894.

18 Family Search, Livro: 5 – Assento: 110 – 16 de maio de 1902.

19 DGC/Segap: Processo – petição e relação de bens de José Maria Mendes Soares. 3 de junho de 1902.

20 DGC/Segap: Processo – partilha – inventário de Rita de Freitas Soares. 29 de setembro de 1897.

na região, ele fez e desfez sociedades empresariais em sua trajetória. Em 30 de novembro de 1911, dissolveu a sociedade que antes era composta também pelos sócios Francisco Gentil Baroni²¹ e José Joaquim Soares,²² chamada Gaspar, Baroni & Soares. Com a saída de José Joaquim Soares, a firma passou a existir sob a razão de Gaspar & Baroni,²³ mas também não perduraria muito tempo. Em março de 1920, ainda tentou sociedade na exploração do comércio e indústria de carvão vegetal e lenhas, juntamente com seu sócio Annibal Pierroni, na firma Pieroni & Soares, com sede no Méier e capital de 15:000\$000.²⁴ Com poucos meses de vida, em 15 de julho do mesmo ano, a firma se dissolveu e, por sua saída, Gaspar recebeu a quantia de 4:000\$000, ficando o restante (também 4:000\$000) com o sócio.²⁵ Posteriormente, em 30 de abril de 1937, Gaspar José Soares obteve uma inscrição como exportador de frutas cítricas com a marca G. J.S, iniciais de seu nome.²⁶ Ao mapearmos o manuseio de seus bens e das atividades empresariais, desejamos, ainda que inicialmente, apontar o quanto essa ação foi importante para tecer relações de sociabilidades comerciais na região.

Somadas a essas experiências de sociabilidade, podemos dimensionar as redes de relações construídas ao longo da vida de Gaspar José Soares tomando como ponto de partida as testemunhas que constam no assento do segundo casamento.²⁷ A escolha da fonte não foi aleatória, ela é pertinente por se tratar de um momento significativo na trajetória de nosso investigado. O enlace com dona Maria de Sá Bittencourt Soares, de profissão doméstica²⁸ e 15 anos de idade, aconteceu na cidade de Maxambomba. Nessa ocasião, ele era viúvo, com 34 anos de idade e profissão “proprietário”. Essa união perdurou até o falecimento

21 Não conseguimos levantar muitas informações sobre Francisco Gentil Baroni, mas sabemos que trabalhou com o fabrico de aguardente e foi um negociante local. Ver: *Correio da Manhã* (RJ), 28 de setembro de 1927, p. 3.

22 Não foi possível apurar se José Joaquim Soares se tratava de algum parente. O sobrenome “Soares” é bastante comum na região e em nossas pesquisas não encontramos nenhum vínculo familiar entre a família de Gaspar José Soares e outros “Soares” que localizamos. Mas sabemos que, além de comerciante, ele trabalhava com fabrico de aguardente. Ver: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1924, p. 1.026.

23 *Correio da Manhã* (RJ), 7 de dezembro de 1911, p. 8.

24 *Jornal do Brasil* (RJ), 24 de abril de 1920, p. 11.

25 *Jornal do Brasil* (RJ), 16 de agosto de 1920, p. 10.

26 *Diário Oficial da União*, seção 1, 12 de maio de 1937, p. 34. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2165939/pg-34-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-05-1937>. Acesso em: 28 abr. 2013.

27 Family Search, Livro: 1 – Assento: 299 – 21 de julho de 1899.

28 Segundo Costa (2020, p. 196), “a definição do ofício de doméstica é incerta, uma vez que pode abranger tanto ‘a dona de casa’ ou ‘do lar’ sem atividade profissional ou aquela que presta serviço na residência de outra pessoa ou família”.

de Gaspar José Soares em maio de 1955, sendo o termo de casamento do dia 29 de julho de 1899. Estavam presentes as testemunhas major Augusto Monteiro Pariz e capitão Antônio da Silva Chaves, que assinaram o termo, além do juiz de paz Antônio dos Santos Barbosa, os nubentes e as testemunhas Carolina Paris, esposa do major Augusto Monteiro Pariz, José Ribeiro Lobo de Alarcão, capitão Godofredo Caetano Soares, José Quirino Pereira da Rocha, Jacintho José Andrade e Hermínio Antônio Soares.

Podemos destacar entre as pessoas que fizeram parte das relações de Gaspar José Soares, em primeiro lugar, o major Augusto Monteiro Pariz, que foi diretor do Internato e Externato Pariz, em Maxambomba, fundado em 1877.²⁹ Entre os anos de 1915 e 1919, foi nomeado para o cargo de Superintendente do Ensino no Município de Iguassú.³⁰ Além disso, ocupou o cargo de vereador nos anos de 1898-1899.³¹ Hodiernamente, seu nome intitula uma escola municipal no centro da cidade de Belford Roxo. Podemos destacar, ainda, o capitão Antônio da Silva Chaves, segunda testemunha do casamento de Gaspar e que também está entre as figuras que dão nome às ruas no centro da cidade de Nova Iguaçu atualmente. Nasceu no dia 24 de junho de 1854 e foi vereador do primeiro distrito sede Iguassú em 1900 e entre os anos 1917 e 1918.³² Também ocupou os cargos de segundo suplente do delegado de polícia do termo de Iguassú³³ e de terceiro suplente de juiz de direito da cidade.³⁴ Faleceu dia 24 de fevereiro de 1919, aos 64 anos.³⁵ Capitão Chaves era filho de Bento Antônio da Silva Chaves, lavrador de café, arrendatário e posterior dono de terras no sítio Morro da Saudade (Cabuçu) na freguesia de Nossa Senhora de Marapicú. Em seu inventário, nos últimos anos da década de 1870, Bento Antônio Chaves possuía um total de dezenove escravizados que trabalhavam em suas lavouras (Machado, 2013). Todas essas pessoas arroladas nos documentos, em sua grande maioria, eram figuras de renome, indivíduos influentes na vida social, política e administrativa da cidade, o que demonstra a inserção do vereador em diversas redes sociais.

²⁹ *Gazeta de Notícias* (RJ), 29 de setembro de 1915, p. 5; *Revista da Semana* (RJ), 19 de julho de 1903, p. 673.

³⁰ *O Fluminense* (RJ), 26 de fevereiro de 1915, p. 1; 1 de junho de 1917, p. 1.

³¹ Câmara Municipal de Nova Iguaçu – Rol dos Vereadores. Disponível em: <http://www.cmni.rj.gov.br/site/historia-rol-vereadores>. Acesso em: 21 mar. 2017.

³² Câmara Municipal de Nova Iguaçu – Rol dos Vereadores. Disponível em: <http://www.cmni.rj.gov.br/site/historia-rol-vereadores>. Acesso em: 16 mar. 2017.

³³ *O Fluminense* (RJ), 4 de março de 1893, p. 2.

³⁴ *A Imprensa* (RJ), 5 de janeiro de 1911, p. 4.

³⁵ *A Noite* (RJ), 1 de março de 1919, p. 6.

Gaspar José Soares também esteve envolvido em imbróglis judiciais. Em março de 1908, o capitão Antônio da Silva Chaves moveu uma ação de despejo contra ele. Na causa, o suplicante recorreu à justiça para cobrar uma dívida pelo não pagamento de um arrendamento de terras na estrada do Brejo. Não desejando mais o inquilino em suas terras, também pediu, além da multa, o despejo do arrendatário, que segundo ele se recusava a pagar o débito decorrente de cinco anos pela exploração do terreno. Na audiência, em sua defesa, Gaspar José Soares alegou, entre outras contestações, ter realizado benfeitorias no terreno e afirmou ter efetuado pagamento ao suplicante, relativo ao arrendamento, cujo valor deveria ser abatido de sua dívida.³⁶

O não pagamento de dívidas sobre o arrendamento de propriedades era uma estratégia bem antiga. Para Machado, era uma “luta pelo controle da terra, pois o não pagamento do arrendamento funcionava como a contestação do domínio daquele senhorio sobre as terras em questão” (Machado, 2013, p. 95). Conhecedor das leis e dos embates em torno delas, uma vez que exerceu por alguns anos a função de sub-delegado de polícia, Gaspar compreendia os conflitos envolvendo posses de terras e pode ter vislumbrado uma brecha dentro desse sistema para questionar os limites da validade do domínio de sua posse. Ao implementar estratégias procurando atingir seu projeto, manter e conquistar propriedades, esse ato seria um importante mecanismo para seu processo de mobilidade. Se essa foi a intenção de Gaspar José Soares, ele não foi bem-sucedido em sua empreitada. Apesar de sua fala eloquente demonstrando conhecimento de todo o processo de arrendamento, não foi suficientemente persuasivo para reverter a sentença e recuperar as terras das quais fora despejado.

Tais contendas podem ter interferido de forma significativa na relação de ambos, mas não impediu que capitão Chaves estivesse presente em determinadas ocasiões e participasse de cerimônias familiares ligadas diretamente a Gaspar José Soares. Apareceu como testemunha nos casamentos de Jacinto de Sá Bittencourt,³⁷ em 2 de novembro de 1904, e de Antônio de Sá Bittencourt,³⁸ no dia 26 de setembro de 1914, ambos irmãos de dona Maria de Sá Bittencourt Soares, esposa de Gaspar José Soares. Nesse sentido, as relações de sociabilidade são muito mais complexas do que apenas a manutenção de um interesse material. Desse modo, as redes de relações fora do núcleo familiar se configurariam como fecundo terreno no qual se desdobraria um diversificado jogo de interesses, barganhas e assistência em prol da sobrevivência e do desenvolvimento

³⁶ DGC/Segap: Processo – Ação de despejo na Comarca de Iguassú – 1908

³⁷ Family Search, Livro: 4 – Assento: 116 – 2 de novembro de 1904.

³⁸ Family Search, Livro: 4 – Assento: 58 – 26 de setembro de 1914.

econômico. A ligação entre o capitão Gaspar José Soares e o capitão Antônio da Silva Chaves perpassava por esse imbricado jogo de dependência e reciprocidade, dar e receber. A manutenção desse vínculo, tanto no campo comercial quanto na rede de parentesco, garantia a ambos importantes mecanismos de mobilidade social, econômica e, principalmente, política.

Ao traçarmos sua trajetória e observarmos as redes de relações e a teia que construiu através da dinâmica de suas interações, é possível examinar como foram pautadas suas ações e quais estratégias utilizou para colocar seu projeto de vida em prática. Procuramos entender os atos de Gaspar José Soares nos valendo dos conceitos de “projeto” e “campo de possibilidades”. No caso do primeiro, o compreendemos como “a conduta organizada para atingir finalidades específicas” (Velho, 1994, p. 40). Ou seja, a observação das ações em diversas fontes analisadas permitiu descobrir qual era o seu projeto. Lembrando que as ações visualizadas em cada documento estão incluídas em campo dos possíveis, isto é, “na dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de projetos”. Em suma, o que pretendemos nesta pesquisa é evitar o “voluntarismo individualista agnóstico” ou o “determinismo sociocultural rígido” (Velho, 1994, p. 40). Procuramos, dessa forma, observar ações sem negligenciar suas peculiaridades, e examinar a dinâmica imbricada em suas redes de solidariedade dentro do seu campo de possibilidades. Esses conceitos nos servirão de base para entender os caminhos que Gaspar José Soares utilizou para atingir determinados objetivos e observar, por meio de suas ações, como elaborou estratégias para executar seus projetos, principalmente o de se eleger vereador.

O caminho traçado pelos indivíduos para atingir os seus objetivos é composto por diversas “estratégias”. Compreendemos, assim, esse termo como o resultado de ações e condutas de indivíduos não autômatos, mas sim dinâmicos e transformadores. Esse comportamento estaria atrelado a uma racionalidade na qual a ação de cada sujeito seria subordinada às circunstâncias que lhe sobrevêm. Suas escolhas seriam limitadas e pautadas pelas incertezas advindas da imprecisão de prever as ações e opções do outro. A noção de estratégia estaria, dessa maneira, relacionada a essa ideia de racionalidade, na qual o indivíduo tomaria decisões de acordo com os recursos de que dispõe, dentro de *um mundo dos possíveis* (Rosenthal, 1998, p. 159). Giovanni Levi descreve como agem os indivíduos nas várias possibilidades apresentadas e os conflitos de suas práticas dentro de um sistema de normas. Para o autor, “toda ação social é vista como resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais” (Levi, 1992, p. 135). De acordo com o exposto, podemos afirmar que as pessoas pautam

suas escolhas por meio do conjunto de informações que lhes estão dispostas. Inseridos em um sistema normativo dissonante, valem-se de uma liberdade limitada para tomar decisões e as agencia e maneja procurando minimizar as incertezas do futuro dentro de escolhas possíveis.

Na maior parte das vezes em que apareceu nomeado em registros civis, ele se identificou como negociante, comerciante ou proprietário. No decorrer de sua vida, podemos encontrá-lo como subdelegado de polícia³⁹ ou escrivão,⁴⁰ às vezes exportador de frutas cítricas,⁴¹ uma raríssima aparição como advogado⁴² e um ativo vereador sempre presente nas reuniões solenes de seu cargo público (Barros, 2000). Também foi um ávido comerciante de terras.⁴³ Comprava bens de massa falida e os revendia colocando anúncios em jornais locais. Atuando como negociante, Gaspar José Soares amiúde oferecia no jornal *Correio da Manhã* propriedades em Nova Iguaçu, como chácaras e fazendas.⁴⁴ Sua trajetória foi relativamente permeada por labores variados que por vezes exerceu de forma concomitante.

Tal pluralidade de ofícios deve ser tomada aqui, em primeiro lugar, como uma estratégia de vida. Antes de tudo, temos que reforçar o quanto havia de predisposição e empreendedorismo para o mundo do trabalho. A diversificação da obtenção de proventos se fazia necessária mediante as incertezas do futuro. Ao diversificar suas ocupações e possibilidades de ganho, ele buscou o “aprimoramento da previsibilidade para aumentar a segurança”.⁴⁵ Escolher diferentes frentes de trabalho garantia a Gaspar José Soares alguma segurança, minimizando as imprevisibilidades decorrentes das oscilações do cotidiano. Ele sabia que, para se manter ativo, alçar degraus na vida pública e conservar o prestígio social, era necessário permanecer estável economicamente. Assim, Gaspar José Soares evitou apostar tudo em apenas uma única estratégia (Revel, 1998, p. 27).

Por conseguinte, a diversificação de ofícios tinha como objetivo principal manter-se economicamente, uma vez que boa parte dessas atividades era ligada ao serviço público, logo, não remunerada. Isto é, Gaspar José Soares sempre manteve algum tipo de fonte de renda concomitante aos cargos públicos que

39 *Jornal do Brasil* (RJ), 15 de janeiro de 1899, p. 6.

40 *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1924, p. 1.986; *O Fluminense* (RJ), 1 de novembro de 1923, p. 1.

41 *O Campo* (RJ), outubro de 1932, p. 32.

42 *Correio da Manhã* (RJ), 7 de janeiro de 1913, p. 3.

43 *Correio da Manhã* (RJ), 12 de julho de 1909, p. 7; 12 de setembro de 1909, p. 9.

44 *Correio da Manhã* (RJ), 13, 15, 16, 25, 29 e 30 de setembro de 1909, p. 7.

45 *Idem*.

exercia. Mesmo sem receber por isso, podemos perceber que o capitão Gaspar José Soares utilizou os cargos públicos como um *campo de possibilidades*, ou seja, fez desses ofícios um espaço para implementar seus projetos, galgando posições e projeção política e social, resultado de estratégias pensadas para chegar até a vereança. Alcançar um maior ou menor grau de prestígio e mobilidade dependeria do quão hábil fosse o indivíduo negro para saber escolher como manejar seu projeto de vida dentro das possibilidades colocadas por aquela sociedade permeada por fortes teorias raciais (Schwarcz, 1993, p. 28). Conservar esses status também lhe garantia fazer parte da elite política e social local, e tal inserção foi fundamental nas alianças comerciais empreendidas pelo nosso pesquisado.

A primeira vez que encontramos Gaspar José Soares envolvido com a vida política foi em 1899, quando da posse na Câmara Municipal dos últimos vereadores eleitos, na qual estavam reunidas “as pessoas mais gradas do município”.⁴⁶ Seu primeiro mandato como vereador foi registrado entre os anos de 1917-1918, sendo reeleito por mais quatro mandatos: 1919-1921, 1924-1927, 1927-1929 e 1929-1930. E o seu último registro como vereador no município de Nova Iguaçu é em 1930. Notamos que, aos poucos, com suas ações e escolhas de seus aliados, o capitão Gaspar José Soares foi galgando espaço e erigindo um caminho que o levou a ganhar notoriedade na região.

Ao analisar o livro das atas das reuniões de vereadores no edifício da Câmara no município de Nova Iguaçu, entre os anos de 1918 e 1922, deparamo-nos com um fato singular relacionado a Gaspar José Soares: as sucessivas tentativas de se eleger a cargos da mesa diretora da Câmara de Vereadores. Na eleição que ocorreu em 10 de janeiro de 1918, Gaspar José Soares candidatou-se a vice-presidente da mesa. A votação foi feita com cinco cédulas. Seu concorrente, o capitão Antônio da Silva Chaves, obteve quatro votos; e o capitão Gaspar José Soares, um. Nessa mesma eleição, ele se candidatou a secretário e também recebeu apenas um voto, provavelmente o seu, sendo eleito ao cargo com quatro votos o capitão Phythias de Castilho Lobo.⁴⁷ Em 11 de fevereiro de 1919, ele novamente candidatou-se a secretário da mesa, perdendo dessa vez por sete votos a um para Phythias de Castilho Lobo. Na eleição de 12 de junho de 1919, consta na ata a sessão solene de instalação e posse dos senhores vereadores e juizes de paz para o triênio de 1919 a 1921. Gaspar mais uma vez se candidatou a vice-presidente, perdendo para Octávio Ascoli⁴⁸ por sete votos a um, em votação

⁴⁶ Gazeta de Petrópolis (RJ), 14 de fevereiro de 1899, p. 1.

⁴⁷ Vereador da Câmara de Nova Iguaçu entre os anos de 1917 e 1921 e comerciante local. Disponível em: http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/759/1/Correio%20de%20Lavoura_37_Novembro_1917%20%28finalizado%29.pdf. Acesso em: 15 abr. 2018.

⁴⁸ Vereador e posteriormente prefeito interino entre os anos 1920 e 1922, por ocasião do falecimento de Ernesto França Soares.

com oito cédulas. Outra vez, nas eleições de 1º de janeiro de 1920, ele perdeu por sete votos a um.

Suas constantes tentativas, até onde conseguimos apurar, em galgar uma posição na mesa da Câmara de Vereadores, faz-nos refletir sobre possíveis dificuldades que encontrou ao exercer sua função. Petrônio Domingues afirma que para além dos “estereótipos impingidos ao negro nas primeiras décadas do pós-abolição”, pode-se inferir que indivíduos negros foram versáteis, conscientes na defesa de seus interesses procurando “fazer valer seus projetos, anseios e ideais, e conquistar – ou ampliar – direitos e redefinir sua posição na sociedade” (Domingues, 2013, p. 81). E, para Gaspar José Soares, conquistar um lugar à mesa era uma estratégia que poderia representar tanto um distanciamento desse estereótipo quanto demarcaria um lugar naquele espaço. Isto é, como um verdadeiro empreendedor político local (Levi, 2000, p. 195), soube jogar e entender como funcionava os meandros do jogo político e manusear as peças desse jogo, o que foi imprescindível em seu processo de mobilidade social.

Em sua última eleição, no ano de 1930, obteve 1.260 votos de um total de 10.733, colocando-se como terceiro vereador mais votado na região. Provavelmente, esse resultado foi reflexo tanto de seus anos como ativo trabalhador na administração pública do município quanto da conquista de um reconhecimento social e político (Domingues, 2013, p. 78). E o número de votos que Gaspar José Soares conseguiu reunir evidencia seu conhecimento dessas regras. Todavia, apesar da vitória de Júlio Prestes e Vital Soares nas eleições para presidente da República e vice-presidente, em 3 de outubro, teve início a chamada Revolução de 1930. Washington Luís, então presidente, foi deposto naquele mesmo ano e Getúlio Vargas assumiu o poder federal (Barros, 2000, p. 68). Com a Revolução, o Congresso Nacional foi dissolvido e fechado, assim como as assembleias dos estados e as câmaras de vereadores. Após longos anos sem atuação política em Nova Iguaçu, a Câmara retomou seus trabalhos na legislação de 1936, que deveria ter sido encerrada em 1939, mas foi suspensa pelo golpe do Estado Novo (1937-1945) e o novo governo de Getúlio Vargas fechou novamente as câmaras de vereadores.

A última aparição de Gaspar José Soares tentando voltar à vida política do município foi em julho de 1937, quando esteve presente em uma reunião sob a legenda Reação Democrática de Iguassú para apoiar candidatos à Presidência da República nas eleições que deveriam acontecer em 3 de janeiro do ano seguinte.⁴⁹ Seu nome foi elencado entre outras figuras públicas que, em sua grande maioria,

⁴⁹ *Jornal do Brasil* (RJ), 30 de julho de 1937, p. 7.

eram diferentes dos elementos que acompanhamos nos seus anos de vereança. A eleição de 1938 não chegou a ser realizada, pois Getúlio Vargas estabeleceu, em 10 de novembro de 1937, um novo sistema de governo conhecido como Estado Novo. A Câmara de Vereadores foi fechada novamente e só retornou em 1947 (Barros, 2000, p. 41-42), oito anos antes do falecimento de Gaspar José Soares, com então 82 anos de idade.

Considerações finais

Assim, encontramos uma nota no jornal *Diário Carioca* do dia 17 de maio de 1955: “Nas pequenas comunicações, ocuparam a tribuna: [...] o sr. Luís Guimarães, que justificou um requerimento de pesar pelo falecimento, em Nova Iguaçu, do cidadão Gaspar José Soares”.⁵⁰ Depois de uma longa vida, pouco encontramos sobre suas últimas ações. É difícil determinar o montante de seu pecúlio no fim de sua vida. E, sobre seus rebentos, pouco encontramos na história da cidade: para além dos parcos ganhos econômicos, não herdaram ou não souberam aproveitar as conquistas políticas, materiais e imateriais do seu pai.

Gaspar José Soares manejou as leis e o sistema a seu favor e em defesa de seus projetos dentro de seu campo de possibilidades para se sobrepujar econômica, social e politicamente. Ele conhecia as leis e suas possibilidades, não previa as incongruências, apesar de se utilizar delas, o que não o impediu de buscar e defender seus propósitos. Mesmo em um período em que teorias raciais excludentes ganhavam força, elas não foram suficientes para fechar os interstícios desse sistema e impossibilitar a mobilidade de negros na sociedade.

No esboço de suas relações, podemos inferir a importância das teias que ele teceu buscando realizar seus projetos. Envolveu-se amiúde com as pessoas mais gradas do município,⁵¹ estando inserido nessa elite política e econômica de sua época. Se Gaspar José Soares conseguiu alçar importante projeção dentro da vida político-administrativa da cidade, foi por saber manejar e se locomover nos meandros daquela sociedade. As relações que teceu faziam parte desse jogo em busca da sua mobilidade, e ser negro nesse espaço só fez com que nosso pesquisado tivesse de se tornar muito mais atento às regras desse jogo da dissimulação (Albuquerque, 2009). Fazer o que aquela elite fazia era uma escolha, estar onde ela estava também. A trajetória de Gaspar José Soares se destacou pelas especificidades contidas em suas escolhas, dentro do seu projeto de vida. Mas é provável

⁵⁰ *Diário Carioca* (RJ), 17 de maio de 1955, p. 3.

⁵¹ *Gazeta de Petrópolis* (RJ), 14 de fevereiro de 1899, p. 1.

que outros negros tenham conseguido mobilidade social, no período do pós-abolição, na Baixada Fluminense. Novas pesquisas trarão à tona distintas trajetórias de indivíduos negros que buscaram, por meio de diversificados caminhos, estabelecerem-se e destacarem-se dentro dessa mesma região.

Referências

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BARROS, Ney Alberto Gonçalves de. *Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Nova Iguaçu: Jornal Hoje, 2000.
- BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: LASK, Tomke (org.) *O guru e o iniciador e outras variações*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.
- _____. *Process and form in social life* (v. 1). London: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- BEZERRA, Nielson Rosa. *Escravidão, farinha e comércio no recôncavo do Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. *Faltam braços nos campos e sobram pernas a cidade: famílias, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940)*. Ed. Appris, Curitiba, 2020.
- DOMINGUES, José Petrônio. “Vai ficar tudo preto”: Monteiro Lopes e a cor na política. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 95, mar. 2013.
- _____. O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 138, p. 963-994, set./dez. 2009.
- _____. Negros de almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 3, 2002.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da idade de ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- _____. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: _____. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GUEDES, Jordânia Rocha de Queiroz. *Cenários no processo de escolarização do recôncavo da Guanabara: a história de Iguassú (1833-1858)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- LEVI, Giovanni. *Herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. Usos da biografia. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- _____. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- MACHADO, Rubens da Mota. *A terra e seus muitos domínios: senhores, lavradores e escravos nas redes pelo usufruto da terra (Vila Iguaçu, 1840-1880)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa

- de Pós-Graduação em História Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.
- MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Trajetoárias de duas famílias negras no pós abolição (Nova Iguaçu, século, XX)*. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. 6., 2013. Anais, UFSC, 2013.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. *Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida*. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 429-446, maio/ago. 2017.
- PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro/século XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.
- REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- ROSENTHAL, Paul-André. *Construir o 'macro' pelo 'micro': Fredrik Barth e a 'micro-história'*. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- SANTIAGO, Silvana. *Tal Conceição, Conceição de tal: classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2006.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Lúcia Helena Pereira da. *Freguesia de Santo Antônio da Jacutinga: um capítulo da história da ocupação da Baixada Fluminense*. *Revista Uniabeu, Nilópolis*, v. 9, n. 21, 2016.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- WOODARD, James. *Negro político, sociedade branca: Alfredo Casemiro da Rocha como exceção e estudo de caso (São Paulo, décadas de 1880 a 1930)*. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. *Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

Recebido em 12/5/2020

Aprovado em 5/4/2021